

Musealização da Arqueologia: percursos trilhados, dilemas do presente e rotas para o futuro

Musealization of Archaeology: traveled paths, present dilemmas, and routes to the future

Camila Azevedo de Moraes Wichers¹
Diego Lemos Ribeiro²
Maria Cristina Oliveira Bruno³

DOI 10.26512/museologia.v12i24.50673

Resumo

O artigo faz uma síntese da Musealização da Arqueologia e seus respectivos desdobramentos como campo acadêmico e profissional, ao longo de mais de três décadas. Seu espectro de ação e reflexão tem como linha mestra a cadeia operatória de procedimentos museológicos de salvaguarda e comunicação aplicados à realidade arqueológica, com desdobramentos interdisciplinares e interculturais. É apresentada uma cartografia da produção da área a partir de dossiês temáticos, publicados entre 2013 e 2021, que reuniram 62 artigos e que evidenciam dilemas pragmáticos, relacionados a reservas técnicas saturadas, ausência de planejamento e de estratégias de comunicação, bem como dilemas epistêmicos, que exigem uma maior fluidez e diversidade ontológica no tratamento desses acervos. Por fim, o artigo sintetiza quatro rotas para o futuro dos acervos arqueológicos. Esse texto também é um convite para que profissionais e acadêmicos/os da Museologia possam refinar o olhar para o potencial de musealidade dos bens arqueológicos.

Palavras-chave

Musealização da Arqueologia; procedimentos museológico-curatoriais; coleções arqueológicas; museus e instituições de guarda; virada ontológica.

Abstract

The article summarizes the Musealization of Archaeology and its respective developments as an academic and professional field over more than three decades. Its scope of action and reflection is guided by the operative chain of museological procedures for safeguarding and communication applied to the archaeological reality, with interdisciplinary and intercultural implications. A cartography of the field's production is presented based on thematic dossiers published between 2013 and 2021, which brought together 62 articles and highlighted pragmatic dilemmas related to saturated technical reserves, lack of planning and communication strategies, as well as epistemic dilemmas requiring greater fluidity and ontological diversity in handling these collections. Finally, the article synthesizes four routes for the future of archaeological collections. This text also serves as an invitation for professionals and academics in Museology to refine their perspective on the museality potential of archaeological assets.

Keywords

Musealization of Archaeology; museological-curatorial procedures; archaeological collections; museums and custodial institutions; ontological turn.

1 Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona e em Arqueologia pela Universidade de São Paulo – Professora de Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás - UFG. E-mail: camilamoraes@ufg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8996-7183>

2 Doutor em Arqueologia – Professor Associado do Departamento de Museologia e Conservação e Restauração. Professor efetivo do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas - UFPel. E-mail: dlrmuseologo@yahoo.com.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2433-4828>

3 Museóloga, Professora Titular em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, onde foi diretora de 2014 a 2018. Está integrada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia/USP e coordena o Laboratório de Pesquisas em Comunicação Museológica, com as seguintes linhas de atuação - Teoria Museológica, Planejamento Museológico e Musealização da Arqueologia. E-mail: mcobruno@uol.com.br . ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2172-9071>

Introdução

Esse texto tem como propósito fazer um balanço da Musealização da Arqueologia e seus respectivos desdobramentos como campo de atuação e pesquisa nas últimas três décadas. Nesse período, verifica-se um potente ativismo encenado por pesquisadores/as e profissionais de museus e instituições de guarda com vistas à preservação do patrimônio arqueológico. São profissionais militantes que se inspiram em horizontes teórico-metodológicos diversos, porém que se encontram em destinos comuns. O espectro de ação e reflexão da Musealização da Arqueologia é amplo e complexo, mas tem como linha mestra a cadeia operatória de procedimentos museológicos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativo-cultural), aplicados à realidade arqueológica, constituída em torno de referências patrimoniais, coleções e acervos. Por um lado, estes estudos buscam o gerenciamento e preservação destes bens patrimoniais e, por outro, têm a potencialidade de cultivar as noções de identidade e pertencimento (BRUNO, 2021).

A Musealização da Arqueologia mimetiza-se com a própria historicidade dos campos museológico, arqueológico e patrimonial. Se os problemas e desafios endereçados a esses campos estão em movimento, com a Musealização da Arqueologia não poderia ser diferente. Alguns desses desafios atravessam o tempo e mesclam-se com instigações do presente; contudo, pode-se afirmar que o seu escopo permanece encerrando a ideia de que devemos buscar condições adequadas para a melhor preservação e uso social de referências que compõem as realidades arqueológicas. Deve-se grifar, ainda, que a preservação patrimonial se refere tanto às coleções recém institucionalizadas, quanto àquelas que foram herdadas; da mesma forma, esses processos devem atentar-se aos sítios arqueológicos e, mais recentemente, incorpora-se a ideia da musealização das narrativas, sejam essas construídas por arqueólogos/as ou por pessoas que compõem as comunidades envolvidas com tal realidade (MORAES WICHERS, 2013/2014).

Há uma miríade de preocupações que orbitam a Musealização da Arqueologia ao longo do tempo, de todas as ordens e naturezas, inscritas em forma de palimpsestos que entrelaçam temporalidades e expectativas diversas. Do mesmo modo, esse campo lança o olhar para o futuro dos acervos e suas condições de existência. São inquietações que resultam de processos que deslocam e enquadram materialidades por meio de rotinas de classificação, normatização, conservação e representação pública a partir de discursos expositivos e educativos. Em contraponto, esse campo de atuação e pesquisa é movido por dilemas que aludem às humanidades, em que se observa mais recentemente a emergência de questionamentos éticos, políticos e epistêmicos a tais enquadramentos. As práticas museológicas, por sua vez, têm evidenciado um movimento em direção à interdisciplinaridade e à interculturalidade no tratamento dos acervos. São questões contundentes que fazem referência aos trânsitos, às diásporas e aos êxodos das materialidades de seus territórios e coletivos, bem como tocam as políticas de restituição e repatriação, a criação de coleções domésticas, a noção de trânsito no sentido das coisas, das múltiplas temporalidades da cultura material e da demanda por uma nova ética para lidar com coleções vivas, fora dos marcos regulatórios do campo da museologia, da arqueologia e do patrimônio.

Parte desses dilemas está registrado na produção acadêmica, outros parecem permanecer à sua margem, no interior de reservas técnicas, laboratórios e museus – sobretudo “aqueles que estão fora” das fronteiras das capitais e dos

grandes centros. É preciso enfatizar também que, mesmo em espaços institucionalizados e reconhecidos nacionalmente, ainda se observa um acachapante distanciamento em relação à sociedade. Em grande medida, os museus e instituições de guarda recorrentemente deixam na periferia o pensamento museológico. Dito de outro modo, multiplicam-se museus e instituições de guarda sem Museologia, o que limita drasticamente o potencial de salvaguarda e comunicação dos referenciais de patrimônio, quando não os inviabiliza.

Ao discutir essas questões, esse ensaio realiza um balanço da Musealização da Arqueologia a partir da conjugação de três vetores: um olhar sobre os campos disciplinares e suas reciprocidades; a cartografia da produção da área a partir de dossiês temáticos que versam sobre o tema; a reflexão sobre algumas contradições do tempo presente, com vistas de criar rotas para o futuro.

O caminho elencado para os propósitos desse ensaio é prolífico e desafiador, uma vez que esta produção acadêmica alude a uma trajetória de lutas, avanços, retrocessos e desafios que tangenciam a Musealização da Arqueologia a partir das décadas de 1980 e 1990 (BRUNO, 1984, 1995). Grifa-se que estes debates ganharam ainda mais expressão na última década, com a ampliação significativa de produções que dão densidade aos espectros teórico e prático da área. Reverberam nessa produção mobilizações como a criação da Rede de Museus e Acervos Arqueológicos – REMAAE, em 2008, e a criação do Grupo de Trabalho Acervos da Sociedade de Arqueologia Brasileira, em 2015, apenas para citar dois exemplos.

O texto está estruturado em três partes. A primeira, devotada a compreender a Musealização da Arqueologia em sintonia com as ressonâncias entre os campos disciplinares no que se refere ao trato do patrimônio arqueológico, cujas reverberações ainda pouco tocam a Museologia; a segunda parte busca analisar a produção acadêmica por intermédio dos dossiês especializados, dos quais se infere as recorrências e diversidade temáticas, problemas e dilemas transversais e as múltiplas vertentes teórico-metodológicas das produções; por fim, na terceira parte, insere-se no estrato contemporâneo duas sortes de problemas que não encontram rotas convergentes, compreendidos como dilemas pragmáticos e epistêmicos, assim como são tecidas algumas recomendações que buscam equacioná-los no futuro próximo.

Musealização da Arqueologia: a busca de ressonâncias entre campos disciplinares

Nas últimas cinco décadas as pesquisas arqueológicas no Brasil, realizadas nas várias regiões do país, têm crescido exponencialmente a partir de diferentes enfoques teórico-metodológicos e de acordo com múltiplos interesses voltados para a compreensão do passado⁴. Um passado que cada vez mais se aproxima do cenário contemporâneo e das populações atuais.

Este território tem sido desvelado em distintas dimensões com descobertas importantes para o entendimento da ocupação pretérita dos lugares e dos espaços até a compreensão de paisagens culturais transformadas ao longo

4 Um dos fatores centrais para esse quadro foi o crescimento das pesquisas arqueológicas no contexto do licenciamento ambiental de empreendimentos diversos, sobretudo, após a Portaria do Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), nº 230/2002, revogada pela Instrução Normativa 01/2015, que rege atualmente essas pesquisas. Outro fator foi a criação de graduações em Arqueologia, oportunizada pelo Reuni – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, bem como a expansão da pós-graduação nessa área.

Musealização da Arqueologia:
percursos trilhados, dilemas do presente e rotas para o futuro

do tempo e com as quais convivemos na atualidade. Nesta caminhada, a Arqueologia tem estabelecido os mais variados diálogos entre campos disciplinares, como a História, a Antropologia, as Artes, as Ciências Biológicas e as Ciências da Terra, para além da Física, da Química, entre outras. E neste sentido, está em plena conexão com as grandes questões atuais direcionadas para a compreensão dos processos de ocupação humana no planeta, desde seus primórdios, chegando aos desafios colocados pelo Antropoceno. Temas complexos têm sido debatidos pela Arqueologia Brasileira, como a colonização, os imperialismos e o capitalismo; os processos de migração; a formação dos núcleos urbanos e das cidades; a organização sociocultural dos povos originários e as arqueologias com povos indígenas; a diáspora africana, as resistências quilombolas e as dinâmicas culturais do povo negro; a arqueologia da paisagem e a compreensão dos processos antigos de sustentabilidade em distintas regiões; os estudos voltados ao gênero e à sexualidade; a arqueologia da repressão e da resistência aos regimes ditatoriais; as críticas feministas e a abordagem das assimetrias que permeiam os olhares científicos; entre centenas de outros temas que têm mobilizado os projetos de pesquisa. Assim, para além dos diálogos interdisciplinares, a Arqueologia tem caminhado também, ainda que a passos lentos, para o exercício da interculturalidade (WALSH, 2009).

Os estudos arqueológicos se espriam desde as análises pontuais sobre as características morfológicas de um dado artefato, passando pelos estudos das correlações entre vestígios em um sítio arqueológico, até as interpretações de rotas migratórias, influências, tradições e rupturas culturais.

É um campo científico que trata especialmente de verificar em um território no presente, a partir de sua estratigrafia de camadas do passado, os modelos de ocupações, o perfil e as características dos vestígios materiais ali depositados e as respectivas relações com outros territórios, entrelaçando tempo e espaço. Mas o mais importante nesta trajetória de olhares não é apenas desvelar, mas interpretar as relações entre estes diferentes indicadores culturais. É, sem dúvida, um campo científico que se debruça sobre o passado, mas com uma dependência genuína em relação à dinâmica socioeconômica e política do presente.

Esses indicadores, esses vestígios arqueológicos e seus contextos, constituem um repertório de memória que exige interpretação, mas também salvaguarda e comunicação, nas suas distintas modalidades que, por sua vez, são dependentes de políticas públicas para a educação, ciência e cultura.

Nessas décadas os projetos de pesquisa têm reunido equipes nacionais e internacionais, têm sido realizados no âmbito de ações universitárias ou por intermédio de empresas que atuam em licenciamentos ambientais e, conectando todas estas frentes, constata-se a forte presença dos cursos de graduação e pós-graduação, das publicações e da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Atualmente, é possível afirmar que a Arqueologia tem forte expressão no país.

Acompanhando os caminhos que têm norteado essa produção científica, há três décadas começamos a observar a falta da sintonia entre a sociedade brasileira e sua ancestralidade desvelada pela Arqueologia, verificamos que o passado dos povos originários não era contextualizado na história cultural do país que, via de regra, valorizava os bens culturais a partir do período da colonização, acarretando uma verdadeira *estratigrafia do abandono* (BRUNO, 1995). Identificamos, ainda, que as instituições museológicas, ou eram específicas de Arqueologia ou não conduziam bem as reciprocidades entre os acervos arqueológicos e os de outras tipologias, motivando uma perspectiva de *memórias exi-*

ladas, circunscritas e isoladas (BRUNO, 1995; MORAES WICHERS, 2013/2014). Difundimos a perspectiva da necessidade de trabalhos técnico-científicos *museológico-curatoriais* com vistas à organização e melhor forma de uso educacional desses acervos (BRUNO, 2021).

Essas observações se tornaram ainda mais agudas em duas direções. Por um lado, os bens arqueológicos ocupam um lugar único nas políticas preservacionistas no país, pois de acordo com a legislação brasileira todo vestígio arqueológico é protegido e identificado como bem da nação (BRASIL, 1961). Por outro lado, nesse mesmo período acima mencionado, os projetos de licenciamento ambiental, nos quais a Arqueologia faz parte, cresceram de forma incalculável, gerando acervos em todas as regiões do Brasil e, muitas vezes, depositados em instituições sem condições mínimas de gerenciamento, e que aparecem de forma fragilizada no enquadramento legal do patrimônio arqueológico (COSTA, 2017).

Portanto, essas constatações nos levaram à compreensão de que era necessário agir em muitas frentes, tais como: identificar e mapear a dispersão dos acervos, implementar legislação que controlasse os desdobramentos dos licenciamentos ambientais, buscar contribuir com a discussão em grupos de profissionais e com a formação profissional em graduação e pós-graduação, entre outros caminhos que têm sido trilhados. Com essas observações, desde o início, entendemos que as reciprocidades com o campo da Museologia eram essenciais pois estas viabilizam as ações da cadeia operatória de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e educação). Este campo, por sua vez, permite que o repertório patrimonial gerado pelos acervos arqueológicos estabeleça as bases para a elaboração dos vetores da herança patrimonial, para além das pesquisas e produção de conhecimento arqueológico.

Entendemos que a Museologia faz parte dos sistemas de gerenciamento da memória, onde os vestígios arqueológicos devem estar integrados e operacionalizados, para além dos regramentos legais preservacionistas do país. Consideramos que um marco importante nesta trajetória foi a elaboração conceitual dos princípios teóricos e a implementação de ações aplicadas sobre Musealização da Arqueologia e a respectiva difusão destes princípios junto à formação profissional e à produção acadêmica.

Entretanto, um breve balanço das realizações a favor do futuro dos acervos arqueológicos tem evidenciado que este caminho ainda não sensibilizou o campo da Museologia, como gostaríamos e consideramos ser necessário. Uma observação sobre as grades curriculares dos cursos de formação e pós-graduação e mesmo a produção de dissertações e teses explicita esta informação.

Falta, sobretudo à Museologia, a elaboração de ressonâncias entre campos acadêmicos que vai além de ações interdisciplinares e multiprofissionais com a Arqueologia. Trata-se de refinar o olhar para o potencial de musealidade dos bens arqueológicos.

Musealização da Arqueologia e produção acadêmica: um olhar por meio dos dossiês especializados

Os debates devotados à Musealização da Arqueologia, realizados há três décadas, conforme explicitado anteriormente, ocorreram de forma ainda mais significativa na última década. Esse fenômeno pode ser examinado por diversos

Musealização da Arqueologia:
percursos trilhados, dilemas do presente e rotas para o futuro

vetores⁵, dentre os quais selecionamos as publicações de dossiês especializados em periódicos científicos.

Em 2013/2014, o Dossiê “Musealização da Arqueologia e produção acadêmica: novos problemas, novos desafios”, apresentado nos volumes 26 e 27 da Revista de Arqueologia, constituiu uma das primeiras experiências nos debates dessa área, bem como no primeiro dossiê de periódico com esse tema no Brasil. Reuniu 14 artigos, além da apresentação do volume e de um documento com os resumos de dezenas de pesquisas então em andamento no país. Esse dossiê se caracterizou, em grande parte, pela publicação de estudos acadêmicos defendidos na então Linha de Pesquisa “Musealização da Arqueologia” do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP)⁶, os quais somaram dez artigos (REVISTA DE ARQUEOLOGIA, 2013/2014). A tabela a seguir sumariza os dados dos dossiês publicados acerca da temática:

Tabela 1. Dossiês especializados na temática da musealização da arqueologia e gestão de acervos⁷

Periódico	Número/Volume	Ano	Título	Organização	N.º de artigos
Revista de Arqueologia	26/27	2013/2014	Musealização da Arqueologia e Produção Acadêmica: Novos Problemas, Novos Desafios	Maria Cristina Oliveira Bruno Camila A. de Moraes Wichers	14
Revista de Arqueologia Pública	Vol.11/n.2	2017	Debates em torno das políticas de salvaguarda e acesso de acervos arqueológicos no Brasil	Aline Vieira de Carvalho, Frederic Mario Pouget (editorial)	13
Revista Habitus	Vol. 17/n.1	2019	Museus e acervos arqueológicos e etnográficos: (re)leituras e experiências	Camila A. de Moraes Wichers	10
Revista de Arqueologia	Vol. 33/ n. 3	2020	Perspectivas para a gestão de acervos arqueológicos	Daiane Pereira, Diego Lemos Ribeiro, Grasiela Tebaldi Toledo, Silvia Cunha Lima	21
Revista Hawò	Vol. 2	2021	Museus e coleções arqueológicas: perspectivas antropológicas	Cristiana Barreto, Camila A. de Moraes Wichers	04

Fonte: Organização do/as autor/as com base em Revista de Arqueologia, 2013/2014; Revista de Arqueologia Pública, 2017; Revista Habitus, 2019; Revista de Arqueologia, 2020; Revista Hawò, 2021.

O crescimento das publicações acadêmicas sobre os processos de musealização, salvaguarda e socialização dos acervos arqueológicos não pode desvincular-se de dois movimentos importantes, como já informado na introdução:

5 O exame das monografias, dissertações e teses que abordam o tema, o levantamento e a análise das instituições de guarda de acervos arqueológicos são alguns dos vetores que podem ser acionados. A escolha dos dossiês para a elaboração do presente texto se insere em um esforço em mapear essa categoria de produção, tendo em vista que o presente texto se insere no primeiro dossiê com esse tema publicado em um periódico no campo da Museologia.

6 Essa linha foi posteriormente agregada à linha Arqueologia e Sociedade.

7 Em 2022 a Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo publicou o Dossiê “Os Museus de Arqueologia e a Arqueologia nos museus: pesquisa, preservação e comunicação” que não foi agregado a essa análise. Esse dossiê foi organizado por Leilane Patricia de Lima, reunindo 12 artigos, sendo seis voltados para contextos no Brasil, e os demais abordando estudos no Peru, Argentina, Grécia, Estados Unidos e Portugal. Interessante apontar que esse dossiê, ao contrário dos demais analisados, traz pontualmente o campo da “Musealização da Arqueologia”. O termo aparece apenas em um dos artigos do conjunto (REVISTA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA, 2022).

1) a criação da Rede de Museus e Acervos Arqueológicos e Etnográficos (REMAAE), em 2008, durante o 3ª Fórum Nacional de Museus, como uma instância permanente e colaborativa devotada à troca de experiências no campo dos museus e acervos arqueológicos e etnográficos (BRUNO *et al*, 2020);

2) a constituição do Grupo de Trabalho Acervos da Sociedade de Arqueologia Brasileira (GT ACERVOS – SAB). Durante o XVII Congresso da SAB, realizado em Aracaju em 2013, foi elaborada a “Moção de criação de GT para elaboração de políticas de gestão de acervos arqueológicos”, aprovada na assembleia geral do evento daquele ano e efetivada em 2015, em Goiás, quando durante o XVIII Congresso Nacional da SAB, quando foi oficializado o GT ACERVOS – SAB, com vistas a ampliar o espaço de debate sobre a preservação e a gestão dos acervos arqueológicos, destacando-se os esforços para o diálogo entre os campos disciplinares da Arqueologia, da Conservação e da Museologia (BRUNO *et al*, 2020).

Esses movimentos possibilitaram a construção e a consolidação de um evento acadêmico especialmente devotado ao tema, o “Fórum Acervos Arqueológicos”, realizado pela primeira vez em 2017, em Ouro Preto. O documento daquele primeiro fórum foi publicado em 2017 em dossiê da Revista de Arqueologia Pública, intitulado “Debates em torno das políticas de salvaguarda e acesso de acervos arqueológicos no Brasil” (REVISTA DE ARQUEOLOGIA PÚBLICA, 2017). Esse dossiê apresentou um conjunto de 13 artigos, sobressaindo-se os trabalhos pautados em experiências de gestão, protocolos e processos de salvaguarda de acervos. Naquele momento, era possível observar que novos agentes se agregaram aos debates acadêmicos da Musealização da Arqueologia em busca de ‘modelos’ e ‘boas práticas’ para a gestão de acervos. Agentes inseridos em instituições com acervos arqueológicos, recentemente normatizadas pela alcahna de “Instituições de Guarda e Pesquisa” no escopo da Portaria nº 196, de 18 de maio de 2016 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Colocamos como hipótese que as novas exigências legais provocaram a chegada desses novos agentes aos fóruns e publicações.

Paulatinamente, os coletivos devotados à temática, REMAAE e GT ACERVOS-SAB, congregados nos Fóruns de Acervos, passaram também a ampliar as temáticas de interesse, envolvendo a restituição de acervos, a curadoria compartilhada, os sentidos das práticas preservacionistas e a teoria decolonial. Em 2019, o dossiê “Museus e acervos arqueológicos e etnográficos: (re)leituras e experiências”, publicado na Revista *Habitus* (2019), propôs a integração dos debates acerca dos acervos arqueológicos com as discussões sobre as coleções etnográficas, a partir da premissa de que essas materialidades compõem, muitas vezes, histórias indígenas de longa duração.

Em 2020, o Dossiê “Gestão de Acervos Arqueológicos”, da Revista de Arqueologia, reuniu o maior número de artigos direcionados ao assunto em um dossiê temático: 21 textos, precedidos de uma apresentação (REVISTA DE ARQUEOLOGIA, 2020). O conjunto de artigos expressava, por um lado, a diversificação dos problemas abordados, e por outro, a consolidação de questões presentes desde o primeiro dossiê sobre a temática, quais sejam: a reflexão crítica sobre os acervos herdados, a construção de novas práticas de gestão e processos de musealização e a marca do ativismo das/os pesquisadoras/es

Musealização da Arqueologia:
percursos trilhados, dilemas do presente e rotas para o futuro

e profissionais dedicados ao campo dos acervos arqueológicos. Nesse dossiê chama atenção o fato de 23% dos textos abordarem a região norte do Brasil, um movimento crescente de diversificação regional dos estudos de caso imbricados aos debates teóricos e políticos.

A Revista Hawò do Museu Antropológico da Universidade Federal do Goiás (MA/UFG), periódico recentemente criado⁸, publicou o dossiê “Museus e coleções arqueológicas: perspectivas antropológicas”, em 2021, integrando quatro textos sobre a temática, que mais uma vez lançaram como horizonte o diálogo entre práticas arqueológicas e perspectivas antropológicas, por meio de etnografias da ciência e processos compartilhados com coletivos indígenas (REVISTA HAWÒ, 2021).

Passemos a um exercício de síntese da análise do conjunto de 62 artigos publicados nos cinco dossiês analisados (ver Tabela 1). Foi possível mapear 107 autorias, classificadas em 67 mulheres cis e 40 homens cis⁹. Em termos de recorrência, 20 autoras/es publicaram mais de um texto nos dossiês e 87 pessoas publicaram em apenas um texto. Por sua vez, ao analisarmos as 10 pessoas que mais publicaram textos nos dossiês, temos apenas dois homens cis, o que confirma uma certa feminização do campo.

Em termos raciais, é possível vislumbrar uma presença maior de pessoas brancas publicando nos dossiês, uma pequena porção de pessoas negras (pretas e pardas), bem como a ausência de autorias indígenas¹⁰. Análises mais aprofundadas do marcador racial, bem como de outros marcadores sociais da diferença, como sexualidade, geração e área de formação das autorias são necessárias para compreendermos os lugares de enunciação desses discursos e o estabelecimento de estratégias para uma maior diversificação dos coletivos. Considerando a formação base (graduação ou primeira pós-graduação) das 107 autorias, foi possível evidenciar cerca de 57% de pessoas inseridas na Arqueologia, 29% na Museologia, 9% Conservação e 5% na Educação, demonstrando o predomínio de arqueólogas/os nos debates.

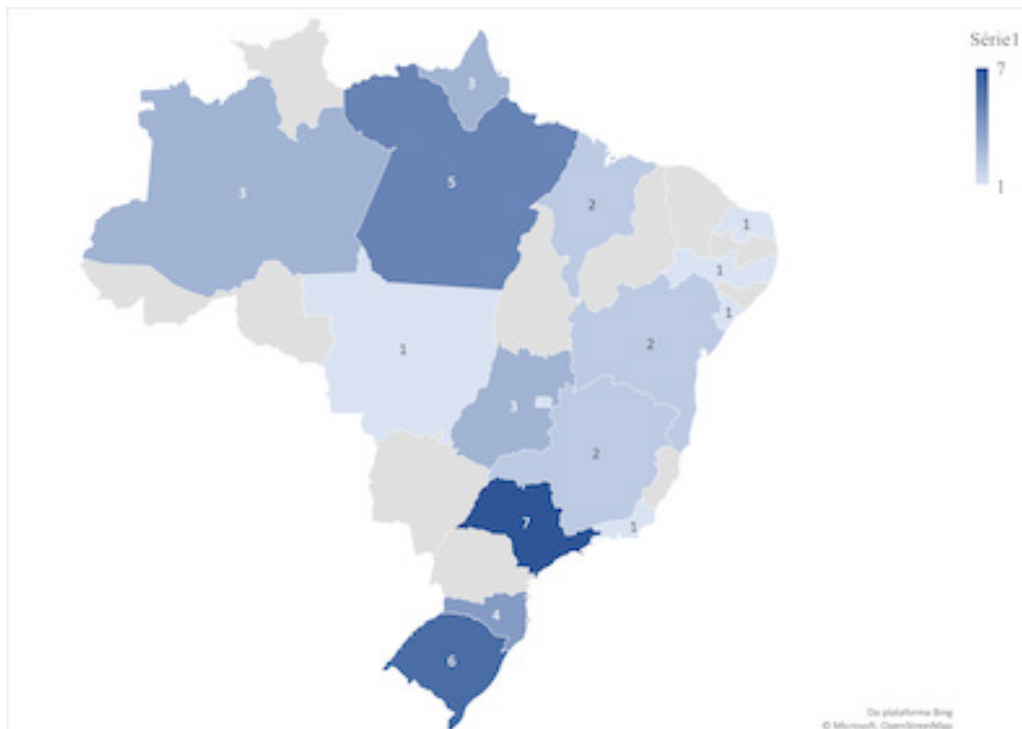
As autorias são predominantemente brasileiras, sendo mapeadas duas autorias de Portugal, uma de Uganda, uma da Bélgica, uma estadunidense, uma da Itália e uma do Uruguai. Exceto os autores portugueses e do autor de Uganda, as demais autorias abordam o contexto brasileiro, tratando-se de profissionais que atuam no país. Ainda no campo das geopolíticas da construção da ciência, foi possível delinear quais regiões são abordadas nos artigos que tratam do Brasil. Quatro textos abordam contextos internacionais, enquanto 16 artigos versam sobre questões de amplitude nacional, restando 42 textos com enfoques regionais, distribuídos de acordo com a Figura 1.

8 O museu possuía um periódico especializado, a Revista do Museu Antropológico, desde a década de 1990, mas que foi descontinuado a partir de 2005. Em 2020, o MA/UFG criou a Revista Hawò.

9 Essa classificação foi realizada por meio dos nomes e imagens das autorias, encontradas na internet, bem como pelo contato acadêmico que temos com parte das pessoas.

10 Essa classificação foi realizada de forma qualitativa, por meio da heteroidentificação, com base em imagens e no contato com as autorias.

Figura 1. Distribuição dos estudos por unidades federativas abordadas nos artigos



Fonte: Organização do/as autor/as com base nos Dossiês indicados na Tabela 1.

É possível observar a concentração de estudos nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Como hipótese pode-se aventar o fato da linha de pesquisa Musealização da Arqueologia ter surgido no contexto paulista e, no caso rio-grandense, a presença de uma rede de instituições e profissionais no campo da arqueologia há algum tempo. O deslocamento de profissionais que atuam na temática para Goiás também pode ser apontado como fator gerador dos estudos nessa unidade. Por sua vez, os trabalhos nos estados do Pará, Amazonas e Amapá evidenciam o surgimento de uma rede de interlocução importante na região, que tem oportunizado avanços ao integrar discussões acerca das relações das comunidades indígenas e ribeirinhas com o que convencionamos denominar como patrimônio arqueológico.

No que concerne aos eixos temáticos evidenciados nos dossiês: os textos envolvem desde manuscritos que abordam a historicidade do tema, a discussão de conceitos e o refinamento de perspectivas teórico-metodológicas, passando pela apresentação de experiências de documentação, conservação e de comunicação da arqueologia, chegando até abordagens focadas na multiplicidade dos significados dos objetos arqueológicos e nas discussões referentes à virada ontológica pela qual a Arqueologia, a Museologia e as ciências humanas vem passando. Essa virada é corroborada pela ampliação dos debates acerca dos sentidos das coisas, das curadorias compartilhadas, das políticas de restituição e dos desafios para práticas mais simétricas na lida com os acervos arqueológicos.

Por meio da análise do conjunto de 133 palavras-chave indicadas nos artigos foi possível elaborar uma nuvem de palavras, apresentada na Figura 2, que evidencia as palavras e termos com maior recorrência numérica.

Musealização da Arqueologia:
percursos trilhados, dilemas do presente e rotas para o futuro

Figura 2. Nuvem de Palavras



Fonte: Organização do/as autor/as com base nos Dossiês indicados na Tabela 1.

Observa-se que a despeito da diversificação das abordagens, temas e problemáticas, termos como Musealização da Arqueologia, Museu, Acervo, Acervo arqueológico, Arqueologia, Patrimônio arqueológico, Curadoria e Musealização, que marcaram os estudos devotados aos processos preservacionistas na arqueologia desde a década de 1980, foram os mais frequentes. Esse dado indica que a despeito das distintas abordagens e experiências aplicadas, que são extremamente bem-vindas no campo, é possível discernir um eixo orientador das reflexões.

O termo Curadoria, polissêmico, merece uma atenção especial, uma vez que raramente é qualificado, motivo pelo qual temos adotado, preferencialmente, a expressão museológico-curatorial para designar esses processos (BRUNO, 2021). Interessante indicar a presença do termo Descarte, que ainda provoca discussões acaloradas no campo, e a redução da ocorrência de conceitos como Educação Patrimonial e Arqueologia Pública. No caso da primeira, pode-se aventar um reflexo dos novos regramentos legais indicados pela Instrução Normativa, nº 001, de 25 de março de 2015 - IPHAN, que passou a exigir a realização de projetos de educação patrimonial apenas em determinados tipos de empreendimentos e fases de licenciamento. Não obstante, olhares críticos à adoção mecânica do termo também podem ter refletido essa mudança. A referida instrução, bem como a Portaria nº 196 do IPHAN, já mencionada, resultaram no surgimento de uma nova palavra-chave, com aplicação crescente nos estudos: Instituição de Guarda e Pesquisa. Carlos Costa (2017) tem se debruçado em compreender as bases jurídico-legais do que denominamos como endosso institucional, evidenciando também como o termo “Instituição de Guarda e Pesquisa” é um recurso adotado pelo IPHAN a fim de delimitar seu campo de agenciamento, sem a utilização do conceito de museu (que remeteria ao campo de atuação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM), ainda que o exame das funções esperadas por uma instituição de guarda e pesquisa remetam diretamente à noção de museu (sendo essas instituições denominadas ou não como “museu”).

Observa-se que dois conjuntos de dilemas despontam desse cenário: um estrato pragmático, evidenciado em artigos de agentes que chegaram ao campo movidos pela necessidade de construir soluções para os dilemas cotidianos enfrentados pela preservação dos acervos (estrato bastante marcado no dossiê

da Revista de Arqueologia Pública), e outro epistêmico, que visa equacionar a herança colonialista com as demandas dos coletivos do presente, aspectos mais pulsantes nos últimos dossiês publicados. Esses estratos serão mais bem explorados em seguida. De todo modo, acreditamos que os ativismos de agentes que atuam no campo foram os principais responsáveis pela ampliação das abordagens na linha da musealização e gestão de acervos arqueológicos, materializada pelos dossiês mencionados.

Musealização da Arqueologia: algumas rotas para o futuro

A Musealização da Arqueologia encontra como desafio, doravante, lidar com camadas reviradas, que traduzem ações e pensamentos de estratos pretéritos que se emaranham com os do presente (FERREIRA e RIBEIRO, 2015). São indicadores que remetem à historicidade dos museus de arqueologia no Ocidente, particularmente no Brasil, que deixam marcas indeléveis no modo como operamos os acervos, mesclados com potentes desafios do contemporâneo, desde um prisma epistêmico – que se pode denominar como virada ontológica. Parece razoável, então, pensar as camadas reviradas em dois grandes dilemas, que parecem pouco se tocar no cotidiano das instituições: um estrato pragmático e outro epistêmico.

O primeiro, endereça esforços para traçar rotas e estratégias para lidar com a gestão dos acervos arqueológicos acautelados em instituições, que ganharam escala com expansão vertiginosa de licenciamentos ambientais de empreendimentos diversos nos últimos decênios, somando-se às coleções já herdadas. São dilemas aplicados e de ordem prática, como reservas técnicas saturadas, coleções mal conservadas e documentadas, estratégias inadequadas de comunicação, baixa aderência e significância social, além de políticas institucionais em descompasso com o tempo presente, quando existentes.

O segundo, enquadrado em um horizonte epistêmico, implica em equacionar as heranças coloniais que formataram os pensamentos arqueológico e museológico. Neste esquadro, os impasses atravessam questões como a urgência de pensar as materialidades em um trânsito de sentidos, abertas à confluência de epistemes que aludem à interpretação e uso do patrimônio, em uma perspectiva necessariamente intercultural. Do mesmo modo, implica em considerar as materialidades menos como fixidez e mais como fluidez, na medida em que podem transitar por diversas categorias ao mesmo tempo - como a ciência, sagrado, jurídico e ancestral. O que nos remete, portanto, aos debates, de ordem mais geral, sobre o que se convencionou chamar como virada ontológica¹¹.

Infere-se da produção acadêmica, como já ressaltado, que esses planos de interesses nem sempre encontram rotas convergentes. De um lado, parte dos profissionais e pesquisadores está cada vez mais ocupado com a internabilidade dos processos curatoriais, sobretudo em razão de problemas que se revelam de forma explícita, como a incapacidade de lidar com o quantitativo de coleções represadas, que se materializam em estantes e caixas assoberbadas de coleções, algumas que sequer foram triadas ou analisadas. Ainda que parte destas coleções tenha atravessado os processos vinculados aos procedimentos

11 O termo “virada ontológica” tem sido utilizado para situar perspectivas epistemológicas críticas contemporâneas, sendo que podemos traçar quatro dimensões especialmente relevantes que reverberam na Musealização da Arqueologia: 1. O que é a coisa; 2. Como abrir as coisas para a confluência de sentidos e outras ontologias possíveis; 3. As condições de existência das coisas; 4. O lugar político que as coisas ocupam (ver INGOLD, 2012; MENEZES, 2015).

Musealização da Arqueologia:

percursos trilhados, dilemas do presente e rotas para o futuro

técnico-científicos propriamente arqueológicos, não raro, encontram-se em lamentável estado de conservação ou mesmo com baixíssima potencialidade de extroversão. Soma-se a isto a recorrente baixa disposição institucional para elaborar documentos norteadores que são basilares para a gestão de acervos, como regimento interno, plano museológico e políticas e protocolos para lidar com as coleções. Não à toa parte considerável dos processos não ultrapassa a dimensão prática do problema.

De outro lado, quase que descolado do estrato pragmático, encontram-se profissionais e pesquisadores atentos à dimensão epistêmica do problema, que alude aos litígios gerados pelas heranças coloniais no trato do patrimônio arqueológico. Estes, por sua vez, são acusados pelos primeiros de não estarem inseridos nas realidades institucionais – referimo-nos aqui, sobretudo, às complexas medidas de conservação, documentação e exposição, sobretudo. Ainda assim, parece ser necessário reivindicar que os processos museológico-curatoriais não se limitam à dimensão prática, na medida em que eles devem orientar-se por questões eminentemente epistêmicas, com finalidades políticas e sociais. Por outros termos, é preciso compreender que acumular não é sinônimo de preservar, tal como ter não equivale a manter. Neste plano, que denominamos aqui como epistêmico, coloca-se em xeque, por exemplo, a ideia de que os campos disciplinares são os únicos que possuem credenciais para operar o patrimônio arqueológico.

O que se almeja para o futuro, portanto, é o encontro dessas duas rotas que seguem em paralelo – em realidade, o exame dos dossiês especializados já evidencia experiências que integram esses estratos. O que merece destaque é o fato de que as ações de salvaguarda e da comunicação das coleções se tornam inertes caso não sejam antecedidas por uma episteme que as norteie; no mesmo compasso em que a virada ontológica redonda pouco útil caso não gere ressonâncias no trato patrimonial das coleções e, em igual medida, nos agenciamentos sociais. Ou seja: as materialidades, hoje, pendulam entre a virada ontológica e os processos museológico-curatoriais encenados nas instituições. É necessário, pois, engajar práticas que permitam visitar e abrir as coleções a novas interpretações, mas sem perder de vista que estas ações devem ser traduzidas em formas menos modulares e normativas de tratamento museológico-curatorial, do ponto de vista imediatamente prático.

Multiplicaram-se nos últimos anos casos em que instituições abrem suas reservas técnicas para lideranças indígenas operarem a salvaguarda e comunicação de forma colaborativa, o que é um movimento alvissareiro. Em alusão a Marcel Mauss (2003), por diversas vezes nos confrontamos com o inevitável: um pote pode ser uma pessoa; uma pedra talvez seja um instrumento musical. As questões que parecem ser ainda pouco esclarecidas são: o que fazer com essa ampliação do espectro informacional dos artefatos que é motivada pela virada ontológica, caso as instituições em que atuamos permaneçam mantendo em seu cotidiano as mesmas práticas de salvaguarda e comunicação estruturadas em pensamentos novocentistas? De que modo os distintos repertórios de memória e interpretação encontram efeitos práticos nos procedimentos museológico-curatoriais? Como permeabilizar essas práticas de forma transversal nos documentos institucionais, como regimento e planejamento institucionais, de sorte que deixem de ser pontuais e/ou ligadas a motivações personalistas?

Decerto esses impasses são contundentes e de difícil equação; contudo, o descolamento entre a virada ontológica e as ásperas realidades institucionais parece ser um caminho que, se não muito útil, ao menos não vem contribuindo

do para encontrar rotas mais prolíficas para o futuro dos acervos. Pesa menos ainda a favor o fato de os cursos de formação estarem ainda apáticos para essa realidade, mantendo modelos de Projetos Pedagógicos que reforçam essas assimetrias entre teoria e prática, assim como o desnivelamento entre os campos disciplinares. Tais assimetrias revelam-se, conforme destaca Froner, na forma como pesquisadores ainda “tendem a ver a museologia, a curadoria, a conservação, a documentação sistematizada e o gerenciamento de acervos enquanto disciplinas auxiliares” (FRONER, 1995: 296). Nos contextos institucionais, por sua vez, os organogramas parecem replicar essa tendência, sobretudo em museus universitários, em que o corpo técnico geralmente se dedica à dimensão operacional do trato das coleções, enquanto os pesquisadores ocupam-se de imaginar as “coisas” em seus fluxos de sentidos. Ao manter esses equívocos, enfatiza-se do mesmo modo as posições hierárquicas que esses atores e campos disciplinares assumem nessas performances.

Em que pesem as distintas formas nas quais os acervos arqueológicos figuram nas instituições, algumas recomendações transversais parecem ser válidas para afinar as ressonâncias entre campos acadêmicos, a necessária inserção do pensamento museológico nos processos curatoriais dos bens arqueológicos e a aproximação entre os estratos epistêmico e pragmático:

- O estrato epistêmico deve ser acompanhado por uma profunda revisão das políticas institucionais. Por este olhar, as novas formas de organização do conhecimento não devem ser confundidas com práticas de profissionais isolados, desconectadas dos demais processos museológico-curatoriais e da própria gestão institucional. Esta revisão deve ser encarada por todas as pessoas que atuam na instituição, o que traz para o debate a importância de esses espaços terem seus documentos norteadores atualizados às contingências contemporâneas, ao mesmo tempo internas e externas, por intermédio da confecção de planos museológicos e outros documentos norteadores. São justamente esses documentos que ratificam o estrato epistêmico no horizonte institucional e o faz reverberar na capilaridade de suas ações, de forma transversal, continuada e integrada. Afirma-se com isso, a modo de exemplo, que a tendência de incorporação de comunidades invisibilizadas no trato do patrimônio deve inspirar a instituição a repensar o planejamento de espaços institucionais inclusivos; o desenho dos organogramas, de sorte a absorver a perspectiva colaborativa; a formulação de comissões instituídas, que prevejam a inclusão de representantes comunitários externos; a constituição de conselhos consultivos e decisórios democráticos; os protocolos internos, de modo a projetar formas racionais e sustentáveis de incorporação de coleções. Não menos importante, deve-se fugir da ideia de que este tema se resume a uma agenda de eventos sazonais ou de meras ações previstas em um projeto de pesquisa.
- As práticas colaborativas devem ser multiprofissionais e interculturais, mas não devem terminar na pesquisa básica das coleções. É necessário que essas práticas atravessem toda a cadeia operatória de patrimonialização/musealização, articuladas com as ações de salvaguarda e comunicação. Esta recomendação toca a primeira na medida em que as dimensões operacionais da gestão de acervos

devem ser orientadas pelas políticas institucionais, que por sua vez devem levar em conta a qualidade e transparência dos serviços, a sustentabilidade das ações e a participação pública nas atividades curatoriais compartilhadas e colaborativas (BRUNO, 2013). Essas práticas emancipadoras são estéreis se realizadas de forma isolada, se não acionarem efeitos nos procedimentos museológico-curatoriais, se não forem orientadas por uma política institucional clara e, sobretudo, se não gerarem impactos sociais e políticos concretos nas realidades em que as instituições estão inseridas. As práticas colaborativas devem ser boas para todas as pessoas, comunidades e instituições envolvidas, de forma ética e interdependente; devem ser boas para pensar e para agir; devem ter finalidades políticas e sociais concretas.

- A aderência e a significância social devem estar em primeiro plano, de forma retroalimentada nos fluxos epistêmico e prático. Por outros termos, pouco adianta aproximar as instituições dos desafios contemporâneos caso a amnésia social permaneça como uma ameaça à espreita. A contradição parece ser a seguinte: mesmo que as coleções sejam densamente revisitadas, em suas especificidades ontológicas, e sejam dispensadas ações impecáveis de salvaguarda, do ponto de vista prático, estas ainda podem permanecer anônimas socialmente. O sentido do patrimônio reside justamente nas performances sociais que devem ser encenadas, na experiência sensível com o patrimônio. Não existe patrimônio fora da dinâmica social. Deste modo, destaca-se que o patrimônio não deve ser compreendido unicamente com a substância, como a realidade imediatamente tocada, mas sobretudo como efeito social. Por este prisma, alinhamo-nos com a ideia de que “a base do valor patrimonial está no olhar social ou, em outras palavras, no interesse que uma comunidade encontra em um objeto (DAVALLON, 2014: 51, tradução nossa).
- O pensamento museológico deve estar fundido nos processos curatoriais. Importa neste aspecto recuperar o pensamento de Waldisa Guarnieri ao operar o conceito de musealização. Segundo a autora, musealizar enlaça igualmente as ideias de documentalidade, informação, memória e comunidade. “Ora, a informação pressupõe conhecimento (emoção/razão), registro (sensação, imagem, ideia) e memória (sistematização de ideias e de imagens e estabelecimento de ligações)” (GUARNIERI, 1990 in BRUNO, 2010: 205). Ao projetar a sistematização de ideias e o estabelecimento de ligações, podemos pensar que as reciprocidades entre os estratos epistêmico e pragmático têm como propósito criar novos encontros, novas ancoragens memoriais e, por que não o dizer, promover novos usos sobre o patrimônio – o que sustenta a ideia de que os referenciais de patrimônio não são dados (fixos), pois é mais útil pensá-lo como dádivas (fluxos). Ao promover essas novas formas de organizar o conhecimento, persistindo na ideia fundante de Guarnieri, equaliza-se numa mesma regência a emoção e os afetos propiciados por esses encontros, mas sem perder de vista a razão, que alude às formas de tratamento curatorial desses acervos – como registrar, tratar, conservar e comunicar. Afinal, para levar adiante esses processos, que partem de um horizonte propriamente ontológico, na medida

em que se buscam compreender o que são essas coisas, suas condições de existência e como operar sobre elas, deve-se engendrar também formas inovadoras de criar registros que traduzam sensações, imagens e ideias. Para este fim, deve-se evitar escapar das práticas típicas, pois muitas dessas sensações, imagens e ideias não são traduzíveis em fichas catalográficas ou sistemas de documentação ordinários – afinal, se a “coisa” é fluxo, os sistemas de registros não devem ser fixos; se são afetos, não devem ser tratados como fatos. Instrumentos clássicos de conservação e restauração, eventualmente, podem também estar agindo da forma justamente oposta a sua finalidade, que é manter o patrimônio vivo e aberto a controvérsias. E todos esses movimentos que tangenciam a virada ontológica só encontram sentido e efeito caso sejam estabelecidas ligações efetivas, conjunções de imagens e expectativas.

Em síntese, projeta-se no horizonte um movimento de convergência entre esses grandes estratos, considerando-se a diversidade de instituições, suas múltiplas identidades, estruturas jurídicas e os próprios territórios em que estão inseridas. Parece justo imaginar que o ativismo vem avançando de forma considerável; contudo, o movimento de repensar as velhas práticas ainda encontra pouco efeito no plano aplicado, mais especificamente da gestão dos acervos. Aproximar esses dois mundos, talvez, seja o maior desafio daqui em diante.

Referências

BRASIL. Lei nº 3924 de 26 de julho de 1961 - Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, Brasília. 1961.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da arqueologia: alguns subsídios e antecedentes. *Revista Hawò*, v.2, p. 1-10, 2021.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. As futuras gerações têm direito à herança arqueológica?: premissas e desafios dos processos de musealização. *Educação patrimonial e Arqueologia pública*. Tradução. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2013.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema*. Doutorado em Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *O Museu do Instituto de Pré-História: um museu a serviço da pesquisa científica*. Mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira; COMERLATO, Fabiana; COSTA, Carlos. A. S.; LAIA, Paulo O. de; MONTALVÃO, Ana Carolina M. R.; MORAES WICHERS, Camila A. de; POLO, Mario J. A.; RIBEIRO, Diego Lemos; SALADINO, Alejandra; SILVA, Maurício A. da; VASCONCELOS, Mara L. C. de. Resiliência do devir: notas sobre o lugar, o papel e a atuação da REMAAE na defesa das coleções arqueológicas e etnográficas brasileiras. *Revista de Arqueologia (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impreso)*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 19–42, 2020.

Musealização da Arqueologia:

percursos trilhados, dilemas do presente e rotas para o futuro

COSTA, Carlos. Um grito de sobrevivência: agenciamento das bases jurídico-legais de endosso institucional para a guarda e pesquisa de acervos arqueológicos e a militância político-acadêmica das comunidades arqueológica e museológica. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas, São Paulo, v. 11, p. 215-253, 2017.

DAVALLON, Jean. El juego de la patrimonialización. In: ROIGÉ, Xavier; FRIGOLÉ, Joan; DEL MÁRMOL, Carmen (org.). *Construyendo el patrimonio cultural y natural*. Parques, museos y patrimonio rural. Valencia: Germania, 2014.

FERREIRA, Lúcio Menezes; RIBEIRO, Diego Lemos. Camadas reviradas: as práticas de musealização da arqueologia no Brasil. In: CARVALHO, Aline Vieira de; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; FUNARI, Pedro Paulo. (Org.). *Museus e Identidades na América Latina*. 1ed. São Paulo: Annablume, 2015, v. 1, p. 159-176.

FRONER, Yacy-Ara. Conservação preventiva e patrimônio arqueológico e etnográfico: ética, conceito e critérios. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 5, p. 291-301, 1995.

GUARNIERI, Waldisa Rússio C. Conceito de Cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. v. 1. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p. 203-210. (Publicado Original em 1990).

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, ano 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

MAUSS, Marcel. "Ensaio sobre a Dádiva". In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MENEZES, Lúcio. Las cosas están vivas: relaciones entre cultura material, comunidades y legislación arqueológica. *Complutum*, Vol. 26, N° 1, p. 37-48, 2015.

MORAES WICHERS, Camila A. Dois enquadramentos, um mesmo problema: os desafios da relação entre museus, sociedade e patrimônio arqueológico. *Revista de Arqueologia* (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impresso), v.26 e 27, p. 16 - 39, 2013-2014.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA PÚBLICA. Dossiê Debates em torno das políticas de salvaguarda e acesso de acervos arqueológicos no Brasil. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 11, n. 2, 2017.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA. Dossiê Gestão de Acervos Arqueológicos. *Revista de Arqueologia* (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impresso), Brasília, v.33, n.3, 2020.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA. Dossiê Musealização da Arqueologia e produção acadêmica: novos problemas, novos desafios. *Revista de Arqueologia* (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impresso), Brasília, v. 26/27, 2013/2014.

REVISTA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA. Dossiê Os Museus de Arqueologia e a Arqueologia nos museus: pesquisa, preservação e comunicação. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n.29, 2022.

REVISTA HABITUS. Dossiê Museus e acervos arqueológicos e etnográficos: (re) leituras e experiências. *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, Goiânia, Goiás, v. 17, n. 1, 2019.

REVISTA HAWÒ. Dossiê Museus e coleções arqueológicas: perspectivas antropológicas. *Hawò - Revista do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás*, Goiânia, Goiás, v.2, 2021.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de) coloniales de nuestra época*. Universidad Andina Simón Bolívar; Ediciones Abya-Yala: Quito, 2009.

Recebido em agosto de 2023. Aprovado em setembro de 2023.